

O PCTI-Amazônia: significado, características e implicações

Antônio Carlos F. Galvão¹, Henrique Villa da C. Ferreira²

Resumo

No imaginário coletivo, a Amazônia é considerada como território pujante, fascinante e complexo, mas com vocação inenarrável de encaminhar, com sua riqueza inimaginável e infinita, boa parte dos desafios do desenvolvimento global. Neste contexto, o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia Legal (PCTI/Amazônia), lançado no início de 2014, pelos secretários de Ciência, Tecnologia e Inovação e pelos presidentes de Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) dos nove estados brasileiros que compõem a Amazônia Legal, cumpre papel de orientar estratégias regionais convergentes que unem a contribuição da CT&I às demandas da estrutura socioprodutiva amazônica, com o objetivo de estabelecer novos caminhos para o desenvolvimento regional, ao encontro do modelo de desenvolvimento que se deseja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

Abstract

In the widespread view, the Amazon region is a major player of global development issues, understood as vibrant territory, fascinating and complex, but with an unspoken call to persevere, with unimaginable and infinite wealth. In this context, the Plan for Science, Technology and Innovation for the Development of the Brazilian Amazon – PSTI/Amazon launched in early 2014, by the secretaries of Science, Technology and Innovation and by the presidents of the Foundations for Research Support of the nine states that make up the Amazon Region, has the role to fulfill convergent regional strategies that will unite the contribution of ST & I with the demands of the Amazonian socio-productive structure, aiming to establish new paths to regional development, towards a desired development model that should be economically viable, socially just and environmentally balanced.

1 Economista, Doutor em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp, Analista de CT&I do CNPq e Diretor do CGEE.

2 Administrador, Doutor em Sociologia pela UnB, Analista de CT&I do CNPq e Assessor do CGEE.

1. O desenvolvimento da Amazônia e o papel chave da CT&I

A Amazônia povoa o imaginário mundial neste início de Século XXI. Guardadas as proporções históricas, exerce um fascínio sobre as mentes quase tão amplo como aquele da América nos séculos do descobrimento e, mesmo depois, nos anos fundacionais do experimento civilizatório norte-americano dos Séculos XVIII e XIX. Persistem, ainda hoje, traços comuns com aqueles momentos, como a presença de uma sociedade indígena a contrastar com a imperiosa ordem capitalista ou a vistosa relação quotidiana das populações nativas com a mata e seus seres, impondo aos que vem de fora uma relação com dimensões íntimas da natureza humana originária. A Amazônia está hoje para os habitantes dos grandes centros mundiais como a Austrália e seus aborígenes para os ingleses no momento que aportaram às praias daquele Continente.

Muitos pressentem a possibilidade de que ali, no coração da vasta floresta amazônica, em si um monumento vivo à pujança biológica das múltiplas espécies animais e vegetais que habitam o planeta, estejam dadas as condições para a construção de uma nova ordem econômica, social, ambiental e política, à margem dos padrões predatórios dos recursos naturais que têm prevalecido nas experiências concretas da ocupação humana. Cada nova substância descoberta ou apropriada e cada avanço na convivência sustentável com a floresta constituem passo importante na viabilização de novas trilhas para o desenvolvimento global. Esse sentimento é ainda mais forte naqueles países e sociedades que, tendo alcançado níveis elevados de desenvolvimento, se deparam com uma oferta limitada de recursos naturais ou que já foi quase exaurida com intenso aproveitamento econômico.

Como asseguram os especialistas ambientais no grande debate sobre a sobrevivência do planeta, nossa percepção de progresso e desenvolvimento precisa reconciliar-se com os condicionantes da existência da Terra, garantindo os elementos necessários à reprodução da vida. Trata-se, assim, não de uma preservação absoluta dos recursos naturais, mas de assegurar uma capacidade recorrente de reposição das bases de sustentação e reprodução da vida em sentido amplo, seja nos âmbitos biológico ou socioeconômico da questão. E as grandes tendências de perturbação de uma e outra esfera da vida, ora em fase de mutação pelos processos de ocupação antrópica ou mudança climática global, impõem riscos eminentes de estancamento do desenvolvimento da Amazônia.

A chave de um novo estilo de desenvolvimento, acreditamos muitos, está na intensificação do uso dos conhecimentos científicos e tecnológicos e na opção pela inovação autóctone. Nosso padrão de desenvolvimento, em grande medida ainda imitativo e adaptativo, a emular soluções desenvolvidas para contextos naturais e societários distintos, é pouco permeável à obtenção das soluções requeridas ao caso do desenvolvimento da região. Decididamente, não podem ser integralmente forâneas as soluções encontradas, uma vez que os empuxes dinâmicos que prescindiriam uma guinada na trajetória do desenvolvimento reclamam esforços nativos de grande

monta, para orientar os resultados não tanto pelo anseio da geração de lucros extraordinários privados, mas pela vontade regional de propiciar melhorias significativas nas condições da vida local, regional e nacional.

Não há no mundo uma região que seja similar e tenha desafio semelhante ao da incorporação em bases sustentáveis do território amazônico ao esforço nacional de desenvolvimento, razão pela qual a proposta a ser oferecida à Amazônia deve ser única e exclusiva. A construção político-institucional que se busca é complexa e o modelo de desenvolvimento deve, ainda, responder às demandas das sociedades brasileira e internacional quanto à mitigação, por exemplo, dos problemas ambientais que afetam o país e o planeta. O desafio de transformar o potencial da biodiversidade amazônica em resultados econômicos e sociais concretos, com equilíbrio ambiental, é o grande objetivo a ser cumprido pelo Plano.

O contexto geopolítico da região continua em destaque. A demanda global por água, energia, alimentos, minérios, biocombustíveis e princípios ativos da flora (fármacos, em última análise), que são abundantes na Amazônia Brasileira, bem como a convicção de que a destruição das florestas tropicais pode alterar drasticamente o eixo de equilíbrio ambiental do planeta, incrementam a importância do território num contexto irreversível de esgotamento mundial de fontes seguras de recursos naturais.

Com a pressão desenvolvimentista recorrente, a realização de grandes projetos de infraestrutura, a exemplo das hidrelétricas e da expansão da fronteira agrícola regional para a produção de grãos, contribui para o aumento do risco à manutenção do potencial da megabiodiversidade regional. De fato, só a real atribuição de valor econômico à “floresta em pé” pode aliviar a tendência vigente que atribui valor maior a derrubada ou degradação do patrimônio florestal. E tal processo só pode se tornar factível com a contribuição da CT&I, por meio de instituições, pessoas, recursos em quantidade e qualidade apropriadas, fortalecendo a capacidade endógena da base técnico-científica. Trata-se de requisito indispensável ao objetivo reiterado de se utilizar de forma sustentável o potencial da biodiversidade regional como parte indissociável da estratégia de desenvolvimento regional e nacional. Se for correto supor “um cenário tendencial da Amazônia, nas condições de crescimento da economia brasileira a taxas médias próximas de 3% a 4% ao ano, nos próximos anos, contradições cada vez mais complexas entre a manutenção da biodiversidade da região e a expansão das atividades econômicas tradicionais” serão visíveis.

O Brasil teve a capacidade de criar “ilhas de competência” em CT&I, localizadas, com algumas exceções, no Centro-Sul do país (comparáveis aos grandes centros produtores de C&T mundiais). Mas, ao conviver com enormes desigualdades sociais e econômicas, o país atentou contra uma distribuição mais equilibrada da massa de ativos e recursos devotados às atividades de produção científica e tecnológica.

Cabe lembrar que a Amazônia transcende geograficamente o Brasil, pois ocupa larga faixa das América do Sul e Central. E isso coloca em pauta a necessária articulação das nossas estratégias com a dos países vizinhos, que compartilham conosco aquele vasto bioma. Mais importante ainda, os países que forem capazes de demonstrar liderança na construção de respostas científicas e tecnológicas de folego para a região tenderão a desempenhar papel-chave nos rumos futuros do seu desenvolvimento. Há, portanto, um sentido geopolítico maior na definição de estratégias abrangentes para a ciência, a tecnologia e a inovação na Amazônia, cujo significado coaduna-se com os esforços dos últimos governos de trabalhar para um processo abrangente de integração para o continente sul-americano.

O desenvolvimento da região engendra, assim, empuxes dinâmicos em mais de uma direção. Há um claro resultado possível interno, posto que as condições singulares da região impõem uma trajetória diferenciada de evolução, o que pode abrir novas perspectivas para o desenvolvimento sustentável no País e evitar a repetição de erros passados. Mas há também significados externos e geopolíticos importantes: na medida em que um novo projeto de desenvolvimento demonstre ser viável e vantajoso, outros países limítrofes com realidades assemelhadas naturalmente podem absorver as práticas e as estratégias aqui adotadas, intensificando a cooperação com o Brasil e a integração continental.

2. O diálogo preferencial com a base técnico-científica regional

A compreensão sobre o papel central da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento da Amazônia levou os secretários estaduais de Ciência e Tecnologia e os presidentes das FAP dos estados da região a organizar, no início de 2012, um movimento regional onde se estabeleceu como consenso, a proposição de um plano de ciência e tecnologia para a Amazônia Legal³. Esse consenso, materializado pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de CT&I (Consecti) e Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap) (Consecti/Confap Norte) no documento denominado “Por Um Plano de CT&I para a Amazônia: o maior desafio brasileiro do século XXI”, foi apresentado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que, no final de 2012, atendeu ao pleito dos representantes regionais, comprometendo recursos financeiros para a elaboração da proposta do Plano. O Ministério convidou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para coordenar a elaboração do documento e esse propôs uma metodologia que estabeleceu, desde a gênese, ampla participação dos atores regionais no processo de criação da proposta. Com essa característica, o PCTI-Amazônia pode

3 A Amazônia Legal é um território geopolítico criado pelo governo brasileiro no século passado, que abrange nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão. A área corresponde a aproximadamente 5.217.423 km², cerca de 61% do território brasileiro.

ser entendido como um instrumento de planejamento oriundo da determinação dos atores regionais frente ao objetivo de materializar as recomendações da 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável.

A complexa agenda relacionada à CT&I na Amazônia merece ser sistematicamente decomposta e objetivamente tratada. Não há soluções que se restrinjam às dimensões usuais do que até aqui prevalece no conjunto das iniciativas da CT&I. Em outras palavras não se pode avançar na contribuição da CT&I para o desenvolvimento se não forem enfrentadas de maneira articulada as inúmeras dificuldades que se antepõem a evolução do setor na região.

A Amazônia não é, por exemplo, apenas carente de pesquisas ou recursos humanos, mas também, com ênfase, de infraestruturas e instituições capazes de conduzir os esforços em curso a melhor termo no alcance de resultados sociais. E isso, sem desconsiderar as valiosas instituições que ali atuam oferecendo contribuições destacadas em várias frentes ao desenvolvimento da CT&I e da região. Se existem contribuições forâneas de peso nas questões regionais, que se somam às competências regionais, cabe assinalar que elas não são suficientes para superar as limitações em termos da geração de resultados socioeconômicos concretos apropriáveis na região, nem para apoiar a expansão da base técnico-científica local. Não se pode avançar no desenvolvimento científico e tecnológico da região sem que se conte com uma base técnico-científica estruturada, organizada e sem grandes deficiências, tanto em termos de pesquisadores ativos, técnicos preparados e gestores de CT&I capacitados, quanto de empresas atentas à inovação, instituições preparadas para dar suporte aos negócios inovadores sustentáveis, universidades dinâmicas, laboratórios equipados e centros de P&D ágeis e produtivos.

A proposta do PCTI-Amazônia constitui, dessa forma, um marco de referência para um grande entendimento nacional em torno do tema, que parte dos protagonistas regionais. Mas há pelo menos três dimensões a considerar:

- a) Em particular e com destaque, as forças regionais do setor, que refletem a articulação dos atores diretamente envolvidos com a CT&I na região. Afinal, não pode haver avanço que prescindia das bases técnico-científicas ali instaladas e sua contribuição para o deslanche das iniciativas;
- b) A relação com as grandes instituições nacionais da CT&I que se dedicam à análise e proposição de ações para a região, em especial as que geram parte expressiva do acervo de conhecimentos disponíveis sobre os biomas regionais e mantêm um fluxo intenso de troca de informações com as primeiras⁴;

4 Há grandes instituições regionais que constituem elo de cadeias nacionais mais amplas: é o caso, por exemplo, do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (Cpatu) da Embrapa.

- c) A relação com estruturas internacionais de pesquisa e desenvolvimento, inclusive a dos países vizinhos, mas também de outros continentes, que igualmente se debruçam na análise dos fenômenos regionais da Amazônia.

A proposta do PCTI-Amazônia elaborada sob a coordenação do CGEE concentrou-se marcadamente na primeira dimensão, pois essa condição foi considerada necessária para ampliar futuramente o avanço sobre as outras duas dimensões. Sem um entendimento organizado do que anseiam as estruturas regionais da CT&I e o que pode ser feito para apoiar sua evolução não se podem obter resultados mais significativos na análise das demais dimensões.⁵ Quão melhor preparados estejam os atores regionais, melhores serão as chances de lograr construir um diálogo positivo com as instituições nacionais e internacionais que operam sobre a Amazônia e foi isso que animou a construção das bases do Plano.⁶

O Plano envolve a definição de estratégias regionais compatíveis com o estado da arte dos conhecimentos técnico-científicos e os avanços almejados para articular a infraestrutura e a base da CT&I às estruturas socioprodutivas amazônidas, logrando traçar caminhos novos para o desenvolvimento regional, se possível na direção do modelo de desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado. Como mencionado no texto do PCTI/Amazônia (CGEE, 2013, p. 09), o estabelecimento de uma “interação sistêmica entre atores e instituições ao alcance de uma combinação harmônica entre objetivos de crescimento, inovação, competitividade, equidade e sustentabilidade”, representa o mecanismo necessário para o fortalecimento do ambiente de inovação regional.

3. Estrutura e proposições

O objetivo precípua do PCTI/Amazônia, conforme estabelecido pelo conjunto dos atores envolvidos na elaboração da proposta é:

5 Cabe realçar que o PCTI/Amazônia foi elaborado por solicitação dos secretários de CT&I e dos presidentes de Fundações de Amparo à Pesquisa dos nove Estados da Amazônia Legal, exatamente com vistas a propiciar um entendimento mais preciso de como as duas primeiras dimensões poderiam interagir. Além disso, no processo de elaboração do PCTI-Amazônia, promoveu-se reunião antecipatória da problemática das relações com a terceira dimensão, convocando parceiros internacionais atuantes ali, como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a União Europeia, o Institut de recherche pour le développement (IRD) e outros, para compartilhar visões sobre estratégias de pesquisa e desenvolvimento para a Região.

6 A contribuição acadêmica externa à Amazônia (tanto nacional quanto internacional) é de fundamental importância para a incorporação de novos conhecimentos, métodos, processos e produtos à demanda crescente da população local por soluções apropriadas ao desenvolvimento sustentável regional. Mas tal esforço não pode e não deve prescindir de forte estímulo à consolidação de uma base própria de aporte de informação e conhecimento, por meio do fortalecimento do ambiente regional de CT&I (em especial de pessoas, instituições e estruturas de gestão e governança).

Promover a CT&I como vetor central do desenvolvimento da Amazônia, com base nos preceitos de sustentabilidade, competitividade e equidade, visando transformar, no horizonte de 20 anos, a natureza das relações de exploração extensiva e predatória de seus recursos naturais em direção a processos mais intensivos em conhecimento, de forma a assegurar a preservação do seu bioma e a induzir uma mudança qualitativa de sua estrutura produtiva, ao encontro do desejo de tornar a região referência mundial de um novo modelo de desenvolvimento.

A proposta do PCTI – Amazônia foi desenvolvida em seis capítulos, sendo o primeiro, introdutório. O segundo capítulo analisa as principais características do Sistema Regional de CT&I: fragilidades, limitações, pontos fortes e heterogeneidades internas. O terceiro estabelece o objetivo, as diretrizes, os eixos e as escalas de planejamento adotadas no Plano. O quarto e o quinto capítulo tratam, respectivamente, das metas e dos elementos da programação. Por fim, o sexto apresenta a proposta de gestão e governança territorial, dimensão fundamental para a implementação de uma peça de planejamento que envolve conjunto complexo e heterogêneo de atores e instituições que nem sempre têm interesses convergentes.

O Plano procura organizar uma visão compatível com o longo prazo, tendo adotado o horizonte de 20 anos para as estratégias definidas. Mas lida, também, com recortes temporais intermediários, em intervalos de cinco anos. Ao colocar o olhar distante no tempo, convida a todos a uma reflexão mais aberta, sem o constrangimento das limitações de recursos do curto prazo. Por ter a característica de plano de ação, propôs, ainda, um conjunto de programas e projetos que estabelecem diálogo concreto entre metas, diretrizes e atividades.

A Figura a seguir resume a estrutura conceitual de elaboração do Plano.

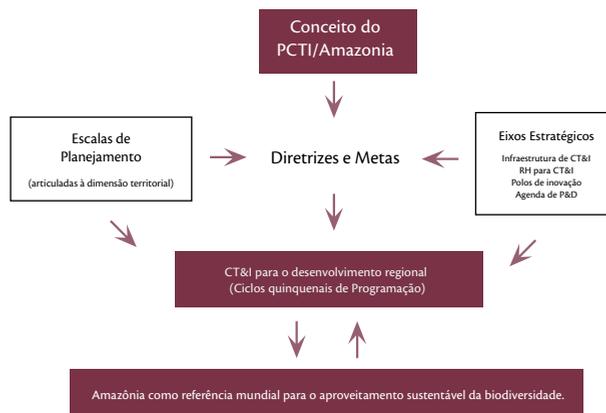


Figura 1. PCTI/Amazônia: esquema conceitual do Plano

O Plano estabelece diretrizes e metas programáticas que dialogam com os quatro eixos estratégicos previamente definidos, a saber: infraestrutura para ciência, tecnologia e inovação; formação, atração e fixação de pessoal para CT&I; ambientes e polos regionais de inovação; e a agenda de P&D. Além disso, tais diretrizes e metas referenciam-se também a escalas relevantes de planejamento territorial, que asseguram a relação mínima com as dimensões essenciais do desenvolvimento regional: as estruturas produtivas ligadas à floresta; as cadeias da agropecuária; as organizações atreladas às indústrias extrativas e de transformação; os sistemas de logística; e, por último, o sistema de cidades.

Foco especial é dado à ampliação do efetivo de recursos humanos qualificados para as atividades de pesquisa e desenvolvimento, tanto por meio do fortalecimento da formação endógena, quanto da absorção de quadros de fora da região. Também constituem alvos prioritários do Plano a aproximação da agenda de pesquisa às demandas provenientes da sociedade regional (inclusive do setor produtivo), bem como o estímulo à criação e expansão de polos de inovação, que habilitem a desconcentração espacial da base técnico-científica regional.

O PCTI-Amazônia assinala com ênfase, ainda, o fortalecimento das estruturas de gestão e governança do sistema regional de CT&I, a redução das desigualdades entre as unidades da federação no que tange à CT&I, bem como a ampliação das relações de cooperação nacional e internacional.

O Plano propõe um enfrentamento direto de alguns desafios regionais que vão ao encontro da proposta de estabelecimento de um modelo de desenvolvimento regional diferenciado. Por se tratar de um Plano de longo prazo (20 anos de execução), a estratégia para se lidar com a implementação do mesmo prevê o estabelecimento de ações de curto, médio e longo prazo, no âmbito de um conjunto de treze grandes metas distribuídas em três categorias distintas: três consideradas como “metas gerais”, outras três “metas transversais” e mais sete definidas como “metas setoriais”.

A meta geral 1 (MG1) enuncia a “consolidação de um ambiente de inovação de padrão mundial na Amazônia, em tecnologias-chave para o seu novo modelo de desenvolvimento bioindustrial, baseado em preceitos de bioprospecção, biotecnologia, biologia sintética, biomimética e bioeletrônica”. Já a meta geral 2 (MG2) estabelece a proposta de um “aumento, em ao menos 50%, da participação da Amazônia no total dos dispêndios do Governo Federal em CT&I voltados para investimentos em infraestrutura especializada, formação de recursos humanos e apoio à consolidação de novos habitats de inovação”. As metas gerais articulam todas as dimensões da estratégia sugerida no Plano. São metas que encerram parte expressiva do objetivo do Plano, de tornar a região em algo como uma referência mundial no aproveitamento sustentável da biodiversidade por meio da utilização intensiva da CT&I – para tal, gente capacitada, instituições fortes e devidamente preparadas para o salto qualitativo são indispensáveis.

As três metas transversais (MT) vão ao encontro de dimensões inteiras, como alguns dos eixos, tratadas no plano. Dentre elas, destaque para a MT₁ que propõe “triplicar o número de doutores residentes e atuantes na Amazônia, com ênfase nas áreas de conhecimento correlatas à Agenda Regional de P&D (de 9,8 mil para 30 mil em 2034)” e a MT₂ que sugere “duplicar o número de programas de pós-graduação *strictu sensu* das instituições de ensino superior (IES) da região, que possuem, ao menos, o nível 5 do Sistema de Avaliação da Pós-graduação da Capes”.

Por fim, dentre as sete Metas Setoriais (MS) do Plano, destaque para a MS₁, que vai ao encontro de uma das grandes demandas regionais e propõe que, em 20 anos, sejam disponibilizadas “conexão de telefonia e internet banda larga, compatível com o padrão nacional de qualidade, em 100% das ICTs e nos polos regionais de inovação (existentes e polos a serem criados), extensivo aos municípios-sedes”. E, ainda, para a MS₂, que discorre sobre a consolidação de uma “rede de biotecnologia da Amazônia como referência internacional de PD&I, articulando e promovendo ICTs e grupos de pesquisa estaduais dedicados à temática, inclusive com a (re)definição do papel do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) neste arranjo institucional”.

Para o cumprimento das metas estabelecidas, ao encontro da definição de plano de ação ao qual se propõe o mesmo, o PCTI/Amazônia estabelece a criação de quatro grandes programas e 14 projetos propostos segundo inspiração dos atores participantes das diversas rodadas de consulta.

O Programa Infraestrutura para Ciência, Tecnologia e Inovação da Amazônia (ProInfra CTI), destaca projetos para: a melhoria das estruturas físicas das instituições regionais consolidadas; ampliação e fortalecimento da base institucional da Amazônia; criação e fortalecimento de redes de ciência e tecnologia da Amazônia, com foco nos habitats e polos de inovação propostos; e integração digital, para garantir conexão de telefonia e internet aos principais polos regionais de desenvolvimento.

O Programa de Formação, Atração e Fixação de Recursos Humanos para a CT&I da Amazônia (ProRH), propõe como prioridade o projeto de atração e fixação desses profissionais nas instituições amazônicas, bem como o projeto “Gente para a Linha de Frente”, que prioriza a formação de recursos humanos e agregação de pesquisadores às empresas regionais, em especial às pequenas e médias empresas locais. Destaque ainda para o projeto de expansão da base institucional de ciência e tecnologia (visando a interiorização e descentralização do desenvolvimento da ciência e tecnologia na região) e o projeto “Mobilidade na Amazônia”, visando o apoio ao intercâmbio e deslocamento de estudantes, professores e pesquisadores, sobretudo no âmbito da região Amazônica, visando o fortalecimento da base técnico-científica regional.

Outro Programa, o de Estruturação e Ampliação de Polos Regionais de Inovação (ProInovar), destaca apoio a projetos que definem diversos tipos de ambientes de inovação, como parques

tecnológicos e centros de ciência, tecnologia e inovação; incubadoras regionais; centros vocacionais de tecnologia na Amazônia; novos polos de ciência e tecnologia, etc.

Por fim, o Programa de Apoio à Agenda Regional de P&D da Amazônia (ProPesquisa) foi proposto visando a atender à demanda regional por P&D a partir de prioridades estabelecidas pelo Plano, sobretudo as necessidades globais e nacionais oriundas da chamada *big science* vinculada à temática da Amazônia, de modo geral.

4. Gestão e governança e recursos

É claro que a implantação do Plano comporta um esforço de apoio dos estados da região e de suas instituições ao aprimoramento de mecanismos de gestão e governança da CT&I. Adicionalmente, aponta um projeto de estímulo ao fortalecimento das estruturas estaduais de gestão de atividades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação. Ambas as iniciativas são fundamentais à efetiva incorporação das entidades estaduais à estratégia de implementação do Plano.

O reconhecimento de que “a gestão e governança de planos e sistemas de CT&I constituem um gargalo do ponto de vista estratégico, institucional e operacional, tanto mais quando se pressupõe a necessidade de avanços em sua dimensão territorial” (CGEE, 2013, p. 55) nos impeliu para a adoção de um modelo de gestão e governança territorial do PCTI/Amazônia que, de forma resumida, deverá funcionar com a liderança do conjunto dos secretários de CT&I e presidentes das FAP da Amazônia Legal, reunidos no Fórum Consecti/Confap, que integra os nove estados que compõem a região.

Em termos de recursos financeiros, os montantes previstos para a programação de 20 anos estabelecida na proposta do PCTI/Amazônia alcançam a cifra de aproximadamente de R\$ 11 bilhões (ver Tabela 1). Esses valores devem ser disponibilizados não só pelo governo federal (e pelo MCTI em especial), mas também pelos governos estaduais e pela iniciativa privada⁷, no citado período.

Tabela 1. PCTI-Amazônia - Demanda de recursos financeiros
(origens federal – inclusive MCTI, estadual e privada)

Total geral por períodos de programação em R\$	
5 anos (2014 – 2018)	2.160.000.000,00
5 - 10 anos (2019 – 2023)	2.655.800.000,00
10 - 20 anos (2024 – 2034)	6.268.900.000,00
Total previsto para 20 anos	11.084.700.000,00

⁷ A expectativa é de que o governo federal seja responsável pelo atendimento de ao menos 40% do total dos recursos previstos

Visando a corrigir percursos e possibilitar reorientações de planejamento, a cada período de programação determinado, ajustes e novas projeções podem atualizar e/ou corrigir rumos do Plano, fazendo com que o mesmo possa se adequar à realidade econômica, às novas demandas técnico-científicas ou mesmo a fatos prospectados e ainda não captados pelo segmento na região.

5. O Significado do PCTI/Amazônia para a região

A expectativa é de que o “Plano ganhe contornos práticos e resultados concretos a partir do compromisso das lideranças e dos atores regionais com o mesmo, bem como pela convergência da programação com as demais políticas públicas de âmbito regional que dialogam com a política de CT&I” (CGEE, 2013, p. 10). A decisão de transformação do modelo regional de desenvolvimento cabe a toda a sociedade brasileira. É compromisso de Estado. Mas a ação, concreta, cabe à comunidade regional de CT&I com sua expertise e ao Fórum Consecti e Confap-Norte, em seu papel político-institucional preponderante. O PCTI-Amazônia ganha expressão mesmo é no debate político real entre as instâncias de governo e a sociedade regional e nacional.

Não se tem notícia na região de um plano anterior com as características do PCTI-Amazônia. O Plano carrega consigo essa marca inovadora da ativa participação e protagonismo dos atores regionais. Vem à cena como uma referência capaz de engendrar o caminho de uma negociação política ampla entre as instâncias federativas e os atores de destaque no setor de CT&I no país e na região, sob os auspícios e a liderança do Fórum Norte conjunto do Consecti e do Confap. Mas apresenta-se também como uma estratégia aberta, passível de adaptações, com graus de liberdade suficientes para ajustar-se ao teor das circunstâncias e aos imperativos da tomada de decisão das políticas públicas.

O PCTI-Amazônia abre oportunidades em várias frentes para o diálogo objetivo em torno de suas metas e de seus programas. A proposta elaborada sob a liderança do CGEE está sobre a mesa para a reflexão e decisão dos condutores das políticas de CT&I regional e nacional.

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Amazônia: desafio brasileiro do século XXI**. São Paulo: Fundação Conrado Wassel, 2008, 32p.
- BECKER, B. Ciência, tecnologia e inovação condição do desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: 4ª CNCTI, **Sessão Plenária 1: Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: MCT, 2009.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**. Brasília: SPI/MP, 2008.
- BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira**. Brasília: MMA, MI, 2008. 112 p.
- CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS – CGEE. **Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento das Regiões Norte e Nordeste do Brasil: novos desafios para a política nacional de CT&I**. Brasília: 2011, 292 p.
- _____. **Economia verde para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: 2012, 228 p.
- _____. **Plano de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento da Amazônia legal**. Brasília: 2013. 84p.
- _____. **Soerguimento tecnológico e econômico do extrativismo na Amazônia**. Brasília: 2011, 432 p.
- _____. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: 2009, 426 p.
- FERREIRA, H.V.C.; GALVÃO, A.C.F. O PCTI/Amazônia como contribuição ao fortalecimento da estratégia de desenvolvimento regional (no prelo). **T&C Amazônia**, v. 11, n. 24, 2014.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - MCT. **Livro azul da 4ª conferência nacional de ciência e tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010. 99 p.